



ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA: ENTRE DESAFIOS E POTENCIALIDADES

NASCIMENTO, Diana Garcia. **Alfabetização e inclusão de crianças com tea: entre desafios e potencialidades**. Florianópolis: Id Acadêmico, 2024.

Orientador: Profº Dr. Erivaldo Nogueira Campos

RESUMO

A alfabetização é um marco fundamental no desenvolvimento infantil, desempenhando um papel crucial na comunicação e interação social. Contudo, para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa jornada apresenta desafios específicos. Assim sendo, o presente artigo busca explorar a relação entre a alfabetização, inclusão e o TEA, destacando as dificuldades enfrentadas e as estratégias eficazes para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo. Como base teórica, utilizam-se os estudos de Soares (2021) e Gaiato (2018). A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, a partir da análise de livros, artigos, revistas, monografias e outros documentos relevantes sobre o tema. Salienta-se, que os materiais foram coletados em plataformas digitais como *Google Acadêmico*, *SciELO*, repositórios universitários e bibliotecas físicas e digitais. A par disso, a análise dos materiais indicam uma lacuna no processo de alfabetização de crianças com autismo, que embora tenham ocorrido avanços, ainda é necessário um maior investimento em políticas públicas voltadas para essa demanda, além de criar caminhos que promovam uma alfabetização mais inclusiva. Outro ponto que merece atenção é a necessidade de formação de professores para a inclusão escolar de crianças com TEA, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre práticas pedagógicas que assegurem o pleno desenvolvimento dessas crianças no ambiente educacional.

Palavras-chave: Alfabetização. Crianças. TEA. Inclusão.

SUMMARY

Literacy is a fundamental milestone in child development, playing a crucial role in communication and social interaction. However, for children with Autism Spectrum Disorder (ASD), this journey presents specific challenges. Therefore, this article seeks to explore the relationship between literacy, inclusion and ASD, highlighting the difficulties faced and effective strategies to promote an inclusive learning environment. As a theoretical basis, the studies by Soares (2021) and Gaiato (2018) are used. The methodology adopted was a bibliographic review with a qualitative approach, based on the analysis of books, articles, magazines, monographs and other relevant documents on the topic. It should be noted that the materials were collected on digital platforms such as Google Scholar, Scielo, university repositories and physical and digital libraries. In addition, the analysis of the materials indicates a gap in the literacy process of children with autism, which although progress has been made, greater investment is still needed in public policies aimed at this demand, in addition to creating paths that promote more inclusive literacy. . Another point that deserves attention is the need for teacher training for the school inclusion of children with ASD, allowing for a more in-depth reflection on pedagogical practices that ensure the full development of these children in the educational environment.

Keywords: Literacy. Children. ASD. Inclusion.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista(TEA) é uma nova categoria do DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2014), o qual é caracterizado pela presença de alterações comportamentais, principalmente no que tange a dificuldade em interagir socialmente, estando está associada a comportamentos, interesses e atividades restritas e repetitivas(APA, 2014).

No que se refere a inclusão de alunos com TEA, vale destacarmos que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva(2008) afirma não só que a Educação Especial deve transversalizar todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, como também disponibilizar recursos e o Atendimento Educacional Especializado(AEE) para complementar e/ou suplementar a formação escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede regular de ensino(Brasil, 2008).

A referida política configura a educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa ao direito a uma educação de qualidade e à organização de um sistema educacional inclusivo, passando a escola a ser um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

Assim a escola inclusiva reúne, em seu espaço educacional, “os alunos tais quais eles são: únicos, singulares, mutantes, compreendendo-os como pessoas que diferem umas das outras, que não conseguimos conter em conjuntos definidos por um único atributo, o qual elegemos para diferenciá-las”(RIPOLI *et al.*, 2010, p. 9).

Ainda segundo o mesmo autor:

O reconhecimento de que os alunos aprendem segundo suas capacidades não surge de uma hora para a outra, só porque as teorias assim afirmam. Acolher as diferenças terá sentido para o professor e fará com que ele rompa com seus posicionamentos sobre o desempenho escolar padronizado e homogêneo dos alunos, se ele tiver percebido e compreendido por si mesmo essas variações, ao se submeter a uma experiência que lhe perpassa a existência. O professor, então, desempenha o seu papel formador, que não se restringe a ensinar somente a uma parcela dos alunos que conseguem atingir o desempenho exemplar esperado pela escola. Ele ensina a todos, indistintamente (ROPOLI *et al.*, 2010, p.14).

Deste modo, a prática pedagógica é determinada pela forma como os alunos são compreendidos e que o professor, por meio dessa compreensão, poderá contribuir com a aprendizagem do aluno com TEA. Por isso, o professor, ao objetivar um ensino que visa à homogeneidade, ou seja, todos aprendendo da mesma forma, busca enquadrar o aluno com deficiência ou transtornos em padrões pré-estabelecidos, podendo fazer com que esse comportamento repercuta negativamente na aprendizagem.

Assim, as discussões apresentadas no decorrer deste trabalho pretendem trazer reflexões sobre a inclusão e alfabetização escolar de estudantes com TEA na escola comum, isto é, ao contexto escolar regular. Nesse sentido, as discussões e reflexões se fazem presentes, devido ao fato de que a escola necessita oferecer uma educação que ultrapasse a matrícula escolar, pois esta não garante que a inclusão escolar seja efetivada.

Neste sentido, é preciso questionar: como se configura a alfabetização e inclusão escolar de estudantes com TEA? A par disso, procura-se, no decorrer do artigo, responder ao questionamento, a partir de uma revisão bibliográfica em plataformas digitais, para coleta de documentos que abordam a temática que alicerça este trabalho, cabe dizer, que os materiais coletados passaram por uma leitura analítica para verificar quais poderiam compor as discussões deste artigo sobre alfabetização e inclusão de alunos autistas.

Assim sendo, a pesquisa tem como objetivo geral: investigar os desafios da alfabetização e inclusão de crianças com TEA, já os objetivos específicos são: Apresentar os conceitos de alfabetização e inclusão; Conceituar o TEA; Caracterizar as crianças com TEA e Discutir acerca da alfabetização e inclusão de alunos autistas.

ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO

A alfabetização é um dos momentos mais importante na vida de um sujeito, seja por sua significância, seja pela possível trajetória, que esse sujeito irá trilhar nos desdobramentos de sua vida, a partir dos quais poderá desencadear mais elementos que possam, de alguma forma, auxiliar o sujeito a continuar (ou não) o seu processo formativo.

Nesse contexto, a conceituada autora Magda Soares conceitua a alfabetização como:

Processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas, procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas; habilidades motoras de uso de instrumentos de escrita (lápis, caneta, borracha); aquisição de modos de escrever e de modos de ler – aprendizagem de uma certa postura corporal adequada para escrever ou para ler; habilidades de escrever ou ler, seguindo convenções da escrita, tais como: a direção correta da escrita na página (de cima para baixo, da esquerda para a direita); a organização espacial do texto na página; a manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê – livro, revista, jornal, papel etc (SOARES, 2021, p. 27).

Corroborando, Mortatti (2000) complementa destacando que o processo de alfabetizar não se limita ao ato de ler e escrever, o processo de alfabetização transcende tais premissas, haja vista, que a alfabetização implica no ler e escrever o mundo, ou seja, a criança precisa ser estimulada a desenvolver sua capacidade de interpretar, compreender, criticar, resignificar e produzir conhecimento. Por isso, a alfabetização não pode ser vista como um processo limitado a ler e escrever, é crucial pautar os processos alfabetizadores em bases que permitam o educando ser agente ativo no mundo, ter pensamento crítico e agir perante as demandas sociais.

Convém dizer, que a alfabetização está preconizada a partir da Constituição da República Federativa do Brasil em seu Art. 214, que pontua:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam: I – erradicação do analfabetismo (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a Lei não preconiza diretamente sobre a alfabetização, percebe-se a preocupação do legislador em garantir a erradicação do analfabetismo no país, o que implica necessariamente na alfabetização dos cidadãos Brasileiros. Ainda sobre alfabetização o PNE (2014) traça metas a serem alcançadas em um período delimitado, e dentro desse período uma dessas metas é a alfabetização de crianças em tempo hábil. Nesse sentido, o PNE (2015) esclarece que:

O fenômeno do analfabetismo funcional, cuja raiz é encontrada nas séries iniciais do ensino fundamental, expressa dificuldades presentes nos processos de escolarização, mostrando o seu distanciamento de adequados padrões de qualidade. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que 15,2% das crianças Brasileiras com 8 anos de

idade que estavam cursando o ensino fundamental eram analfabetas.(BRASIL, 2015).

Os dados evidenciados demonstram a ineficácia do processo de alfabetização das crianças brasileiras na idade devida. Sendo assim, o PNE envolve como meta, todos os componentes curriculares, estabelecendo:

Assegurar a alfabetização e o letramento e o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, da Literatura, da Música e demais Artes e da Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia(BRASIL, 2015).

Deste modo, diante das iniciativas relacionadas à alfabetização, o PNE preconiza ainda que:

Em consonância com essas deliberações, essa meta do PNE determina a necessidade de “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. Guiando tal determinação, encontra-se o ciclo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, compreendido como um tempo sequencial de três anos letivos, que devem ser dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do seu universo de referências culturais nas diferentes áreas do conhecimento(BRASIL, 2015).

Ademais, sobre a alfabetização na idade certa é importante destacar as preconizações da BNCC (2017) que apresentam também metas a serem alcançadas no processo alfabetizador das crianças Brasileiras:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (Brasil, 2017).

Acrescenta-se, que a BNCC apresenta passos de (de)codificação relativos à alfabetização, a saber:

- ▶ Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);
- ▶ Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script);
- ▶ Conhecer o alfabeto;
- ▶ Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
- ▶ Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
- ▶ Saber decodificar palavras e textos escritos;
- ▶ Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;

► Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura(fatiamento)(BRASIL, 2017).

Nesse contexto, embora a LDB (1996) não faça alusão ao processo de alfabetização, a mesma destaca a erradicação do analfabetismo, que não implica apenas a alfabetização de crianças, mas dos Brasileiros de uma forma geral. Isto é, a Lei atende às necessidades, basta ao poder público a boa vontade de aplicá-las de forma consciente e responsável.

A par disso, a alfabetização precisa ser planejada e cercada de políticas que promovam o acesso de todas as crianças de forma igualitária, por isso, que o processo alfabetizador seja de crianças não deficientes ou com deficiência precisa ser cercado de políticas públicas e planejamento adequado para que de fato todas as crianças sem distinção adentrem o mundo do ler e escrever em sua totalidade, isto é, não ser meros ouvintes e falantes mas sim se tornarem sujeitos ativos perante a sociedade.

Importante dizer, que no processo alfabetizador de crianças autistas a inclusão é fator somativo para o desenvolvimento das crianças com autismo, ou seja, as práticas pedagógicas precisam estar forjadas na inclusão, pois assim será possível contribuir com a alfabetização e socialização das alunos autistas.

Vale dizer, que o TEA é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento, influenciando a comunicação, interação social e comportamentos. Em um cenário inclusivo, as crianças com TEA têm a chance de participar ativamente na comunidade escolar, desenvolvendo-se de maneira integral e contribuindo para um ambiente mais diversificado e enriquecedor.

Sendo assim, a escola desempenha um papel crucial na promoção da inclusão, sendo um espaço onde as crianças aprendem não apenas conteúdos acadêmicos, mas também valores como empatia, respeito e compreensão. Ao acolher crianças com TEA, as instituições educacionais estão construindo pontes para a aceitação da diversidade e quebrando estigmas associados às diferenças(GONZAGA, 2019).

Corroborando, a autora Sica(2021) destaca que um aspecto fundamental da inclusão de crianças com TEA é o reconhecimento de suas habilidades e potenciais individuais. Afinal, cada criança é única, e isso inclui as crianças com TEA. Implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada aluno é essencial para criar um ambiente inclusivo e estimulante, por isso,

professores, junto com equipes multidisciplinares, desempenham um papel central na adaptação de métodos de ensino, garantindo que todos os alunos possam aprender e se desenvolver de acordo com suas capacidades.

Além disso, é importante criar espaços inclusivos não apenas no contexto acadêmico, mas em toda a comunidade, já que, a inclusão social das crianças com TEA vai além dos limites da escola e permeia atividades extracurriculares, espaços públicos e interações diárias. Nesse contexto, o apoio contínuo dos pais, amigos e da sociedade em geral é fundamental para garantir que essas crianças sintam-se aceitas e integradas em todas as áreas de suas vidas.

Em última análise, a inclusão e alfabetização de crianças com TEA é um investimento na construção de uma sociedade mais justa, tolerante e diversificada. Ao proporcionar oportunidades iguais para todas as crianças, independentemente de suas características individuais, promove-se um ambiente onde cada criança pode alcançar seu pleno potencial e desenvolvimento. Por fim, a inclusão é um caminho para construir um futuro mais inclusivo, onde a diversidade é vista como uma força, e não como uma limitação.

TECENDO DIÁLOGOS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E AUTISMO

Se o processo de alfabetização de crianças sem deficiências, se consolida como um momento de extremo cuidado, para a apreensão e aquisição da leitura e da escrita. Sobre a alfabetização, Soares declara que “é preciso reconhecer que determinar as propriedades, os atributos, as condições que constituem a qualidade da alfabetização é tarefa extremamente difícil” (SOARES, 2021, p. 56). O processo de alfabetização exige que a escola demande mecanismos necessários ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, Soares explica que deve se considerar a:

[...] Alfabetização que transforma as relações sociais em que se alfabetiza: o alfabetizando considerado não como aluno, mas como participante de um grupo, o alfabetizador considerado não como professor, mas como coordenador de debates, a interação entre coordenador e participantes considerada não como aula, mas como diálogo (SOARES, 2021, 57).

Então, o que se pode depreender da alfabetização de estudantes com TEA é que o cuidado deve ser maior, dados os diferentes estágios que um estudante autista

pode apresentar. Sobre Educação Inclusiva(daqui por diante será tratada como EI), o documento denominado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva(2008, daqui por diante será tratado como PNEPEI) preconiza que:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Ainda na perspectiva da EI, o documento PNEPEI considera que:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (PNEPEI, 2008).

Assim sendo, a EI oportuniza que todos, sem exceção ou discriminação, frequentem os espaços escolares como um sistema social. O TEA, conforme designação do DSM V, está caracterizado por déficits em dois domínios centrais: “1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades”(DSM V, 2014, p, 841).

Deste modo, esses os déficits mencionados podem acarretar dificuldades para a alfabetização de estudantes autistas. Nesse sentido, Bastos(2017) aduz que:

O trabalho de escolarização das crianças com TEA exigirá dos professores uma reflexão sobre os processos usuais de ensino e aprendizagem, bem como um olhar diferente que leve em conta um aluno que não está em posição de curiosidade como os outros, mas que aprende de maneira idiossincrática e pouco convencional. Sabemos que isso apresenta-se como um enigma e um grande desafio para os educadores: afinal, como ensinar a quem não tem curiosidade, a quem não demanda saber do professor?(BASTOS, 2017, p. 02)

É um fato irrefutável que a escola deverá se apresentar como um espaço acolhedor, onde o estudante autista possa ter acesso, assim como todos os outros, a atividades que possam conduzir a uma aprendizagem voltada para as suas necessidades e dificuldades, de modo a saná-las. Sobre a alfabetização de estudantes com autismo Bastos(2017) opina que:

A ênfase que o campo escolar dá aos aspectos do desenvolvimento (muitas vezes tomados como exclusivamente determinados no âmbito biológico) inviabiliza que um professor tome como aluno uma criança com TEA e vislumbre a possibilidade de alfabetizá-la, pois a vê como uma criança com importantes atrasos no desenvolvimento por estar diante de um aluno que não fala, não responde às solicitações que lhe são dirigidas, não brinca com as outras crianças, apresenta grafismo rudimentar e, portanto, parece uma criança muito aquém dos processos de alfabetização e letramento (BASTOS, 2017, p. 02).

Em verdade, é necessário que o professor, em todos os âmbitos escolares, tenha a compreensão que a EI já não sustenta mais a visão de estudantes com deficiência, em espaços segregados, porém, a iniciativa de mudança precisa ocorrer a partir das adequações a serem levadas a termo pelo poder público, em oferecer aos professores Brasileiros formação no sentido da EI, tanto é assim, que Bastos(2017) declara que:

Para as crianças com TEA, estar na escola cumpre uma dupla função, ambas com valor terapêutico: no âmbito educacional, promove a circulação e o laço social e, no âmbito da escolarização propriamente dita, o aprendizado da leitura e escrita promovem para essa criança um reordenamento de sua posição diante do simbólico (BASTOS, 2017, p. 14).

Desta maneira, o pressuposto é que tendo a compreensão necessária para buscar mecanismos que permitam ao estudante com TEA entender as suas limitações, porém, entender também, que pode superá-las, o professor fomenta a aprendizagem desse aluno com robustez no atendimento, e conseqüentemente, no desenvolvimento desse estudante.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA

A alfabetização e inclusão de crianças autistas apresentam desafios únicos, exigindo abordagens adaptativas e compreensão sensível por parte dos educadores, famílias e comunidade em geral. Ao enfrentar esses desafios de maneira colaborativa, podemos criar ambientes educacionais que permitam que cada criança alcance seu máximo potencial.

Nesse contexto, dentre os desafios que podem surgir para a prática pedagógica alfabetizadora e inclusiva pode-se destacar, que o Transtorno do Espectro Autista

(TEA) é caracterizado por uma ampla variação em termos de habilidades e desafios. Algumas crianças podem ter habilidades acadêmicas excepcionais, enquanto outras podem enfrentar dificuldades significativas na alfabetização. A personalização do ensino é crucial para atender às necessidades individuais, o que pode exigir estratégias específicas para cada aluno(SILVA, 2020).

Outro desafio frente a alfabetização é a comunicação e Habilidades Sociais, tendo em vista, que a comunicação é frequentemente um desafio para crianças autistas, afetando não apenas a expressão verbal, mas também as habilidades sociais. O desenvolvimento da linguagem pode ser atípico, assim sendo, é fundamental manter abordagens criativas, como o uso de comunicação visual ou sistemas de comunicação alternativa, para facilitar a expressão e compreensão(SILVA, 2020).

Um fator apontado nos estudos de Souza(2019) que pode tornar o processo de inclusão e alfabetização de crianças com TEA é a sensibilidade sensorial, ou seja, crianças autistas frequentemente têm sensibilidades sensoriais intensificadas, tornando o ambiente de aprendizado uma fonte potencial de desconforto. Ruídos, luzes ou texturas podem ser distrativos ou aversivos, tornando essencial criar ambientes adaptados que levem em consideração essas sensibilidades para promover a concentração e o bem-estar.

A autora mencionada aponta que os desafios na integração social, podem se tornar um desafio em sala de aula, pois interação social pode ser um território desafiador para crianças autistas. Tendo em vista, que estabelecer e manter amizades, compreender pistas sociais e participar de atividades em grupo podem ser áreas que requerem apoio adicional. Por isso, planejar estratégias que promovam a inclusão social, como grupos pequenos e atividades estruturadas, são fundamentais para criar oportunidades significativas de interação.

Nesse contexto, a resistência a mudanças e a necessidade de rotina são características comuns no TEA. Essas alterações na rotina escolar podem ser desafiadoras, impactando a participação e o engajamento. Portanto, desenvolver estratégias que proporcionem previsibilidade e gradualmente introduzem mudanças são importantes para minimizar a ansiedade associada a essas transições. Ademais, as desinformações sobre o TEA podem resultar em estereótipos e preconceitos. Educadores, colegas e até mesmo pais podem ter percepções equivocadas sobre as

capacidades das crianças autistas. Deste modo, a conscientização e a educação sobre o espectro autista são vitais para superar o estigma e promover ambientes inclusivos que valorizem as contribuições únicas de cada criança(SOUZA, 2019).

Por fim, uma abordagem que poderá ser produtiva acerca da alfabetização e inclusão de crianças autistas requer a colaboração de profissionais multidisciplinares, incluindo professores, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos. Em síntese, a integração dessas especialidades é fundamental para atender às diversas necessidades das crianças e oferecer suporte holístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização e inclusão de crianças autistas representam um desafio significativo, mas também uma oportunidade crucial para promover o desenvolvimento pleno desses jovens e criar sociedades mais inclusivas. Ao longo desta análise, explorou-se os desafios específicos que permeiam esse processo, bem como as estratégias e abordagens que podem facilitar uma jornada educacional mais eficaz e enriquecedora para as crianças no espectro autista.

Desta maneira, acerca do cerne que alicerça este artigo: como se configura a alfabetização e inclusão escolar de estudantes com TEA? Pode-se dizer que a alfabetização e inclusão de crianças autistas é um processo desafiador no ambiente escolar, tendo em vista, a falta de políticas públicas efetivas, formação docente e um ambiente mais inclusivo torna a alfabetização de alunos com TEA um processo desafiador.

Contudo, é mister dizer que houve muitos avanços nessa seara a partir das políticas educacionais inclusivas, passos foram dados no caminho da inclusão é crucial gerar mais políticas públicas que maximizar tanto processo de alfabetização e inclusão, como também de socialização e acompanhamento dessas crianças para que as evoluções transcendam os muros das escolas.

Acrescenta-se, que as décadas recentes testemunharam uma crescente conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista(TEA) e uma maior valorização da diversidade neurocognitiva. Esse reconhecimento tem impulsionado mudanças nos sistemas educacionais, com uma ênfase crescente na criação de ambientes inclusivos que atendam às necessidades específicas de cada criança.

No entanto, os desafios persistem. A variação notável no espectro autista exige uma abordagem flexível e personalizada na alfabetização, a comunicação e as habilidades sociais, frequentemente desafiadoras para crianças autistas, demandam estratégias adaptativas que vão além dos métodos convencionais. Cabe dizer, que a integração social também permanece como uma meta central na inclusão, pois é através das interações significativas que as crianças autistas podem desenvolver habilidades cruciais para a vida. Estratégias que promovam ambientes de aprendizado colaborativos, como grupos pequenos e atividades estruturadas, são cruciais.

Além disso, é essencial desafiar e desmistificar os estigmas associados ao TEA, promovendo uma cultura de aceitação e respeito. Por isso, a colaboração entre escola, família e profissionais de saúde é uma peça fundamental no quebra-cabeça da alfabetização e inclusão de crianças autistas. Afinal, a troca contínua de informações, estabelecimento de metas compartilhadas e criação de planos de apoio personalizados são práticas que promovem o sucesso acadêmico e social dos alunos, assim sendo, a parceria é uma via de mão dupla, beneficiando-se da experiência única de cada criança e promovendo uma abordagem holística para o desenvolvimento.

Ademais, a educação inclusiva não é apenas um direito, mas uma necessidade para garantir que todas as crianças, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a oportunidades educacionais significativas. Além disso, a inclusão não é apenas um objetivo educacional, mas um compromisso mais amplo com a construção de sociedades que valorizam a diversidade em todas as suas formas.

Nesse sentido, investir em treinamento para educadores, promover pesquisas que informem práticas eficazes e fomentar a conscientização em níveis comunitários são estratégias cruciais para continuar aprimorando a alfabetização e inclusão de crianças autistas. À medida que avançamos, é imperativo não apenas superar desafios imediatos, mas também cultivar uma mentalidade que celebre as habilidades únicas de cada criança e reconheça o valor intrínseco da diversidade.

Por fim, o sucesso na alfabetização e inclusão de crianças autistas não é apenas um indicador da eficácia do sistema educacional, mas um reflexo do compromisso de uma sociedade em criar oportunidades equitativas para todos os seus membros. Portanto, ao enfrentar os desafios com empatia, conhecimento,

criatividade e resiliência, é possível construir um futuro onde cada criança, independentemente de suas características, floresça e contribua para o tecido social de maneiras únicas e valiosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5**. Artmed, 2014. Disponível em: http://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

BASTOS, Maria Bartolozzi. **Tratar e Educar**: escrita e alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Concepções e proposições em Psicologia e Educação. 2017. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/09-20830>. Acesso em: 03 dez.. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação. Ministério da Educação. Brasília: 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Câmara dos Deputados, Brasília: 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_Brasileira_inclusao__pessoa__deficiencia.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Senado Federal, Brasília: 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação. Brasília: 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. Programa Mais Alfabetização: manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento. Brasília: 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 dez. 2023.

GAIATO, Mayra. **SOS autismo**: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. 5ª ed. São Paulo: Nversos, 2018.

GONZAGA, Mariana Viana. **Análise da situação de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista a partir de registro escolar diário**. UFMG, Belo Horizonte: 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32933/1/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20Mariana%20Viana%20Gonzaga.pdf>. Acesso: 03 dez. 2023.

ROPOLI, Edilene Aparecida. MANTOAN, Maria Teresa Egler. SANTOS, Consolação Teixeira dos. MACHADO, Rosângela. **Educação Escolar na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=downloads&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 dez. 2023.

SICA, Mariana. **A dialética estranho-familiar na inclusão do aluno autista em escolas regulares**. UFRN, Natal: 2021. Disponível em: https://www.google.com/search?q=A+d+marial%C3%A9tica+estranho-familiar+na+inclus%C3%A3o+do+aluno+autista+em+escolas+regulares+pdf&rlz=1C1RLNS_pt-BRBR1054BR1054&oq=A+dial%C3%A9tica+estranho-familiar+na+inclus%C3%A3o+do+aluno+autista+em+escolas+regulares+pdf&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDQ2NDNqMGo0qAIAAsAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso: 03 dez. 2023.

SILVA, Hanna Moitinho Freire Queiroz **Inclusão de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular**: interlocução entre escola e a clínica. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositoriodev.ufba.br/handle/ri/32406>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SOUZA, Maria Guia. **Autismo e inclusão na Educação Infantil**: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28254>. Acesso em: 03 dez. 2023.